

# Série de seminários/consultas pela internet: “Os futuros da educação: aprendendo a tornar-se”

**Promover ideias e debates para repensar o desenvolvimento, o conhecimento, a aprendizagem e a educação em um mundo de profundas mudanças**

24 de setembro de 2020

## Relatório e síntese do seminário e consulta pela internet nº 4: “Garantia de trabalho e segurança econômica”

---

Link para o vídeo: <https://youtu.be/6xiCsV-dkYo>

---

### Contexto

As transformações tecnológicas e políticas têm impactado o mundo do trabalho, desorganizando os vínculos tradicionais entre empresas e trabalhadores, bem como a própria relação dos trabalhadores com suas atividades. A chamada 4ª Revolução Industrial traz mudanças que afetam todo o tecido social, tanto pelo avanço da *internet das coisas*, que tende a automatizar diferentes formas de trabalho, quanto pelo deslocamento do lugar do trabalho na vida cotidiana. A chamada “uberização” é uma das características atuais das relações entre os trabalhadores e as empresas, que desafia as legislações em todo o mundo. Na América Latina, um estudo recente do Banco Interamericano Desenvolvimento (BID) avaliou que mais da metade das atividades poderiam ser automatizadas em um breve intervalo de tempo, o que exigiria novas capacidades dos trabalhadores e teria implicações na organização da educação em distintos âmbitos<sup>1</sup>.

Esses mecanismos disruptivos no campo tecnológico forjam processos políticos que precarizam os vínculos de trabalho e afetam a segurança econômica como um todo. No Brasil e em outros países da região, as grandes desigualdades e a elevada concentração de renda e riqueza colocam em risco a convivência social e as instituições democráticas. Um

---

<sup>1</sup> “Aproximadamente el 53% del tiempo dedicado al trabajo en Colombia y Perú, y cerca del 50% del tiempo en Argentina, Brasil, Chile y México podría ser automatizado”. African Development Bank; Asia Development Bank; European Bank for Reconstruction and Development; Banco Interamericano de Desarrollo. *El futuro del trabajo: perspectivas regionales*. Washington DC, abr. 2018. p. 98.

debate latino-americano sobre a viabilidade do aperfeiçoamento das instituições e da convivência democrática alertou que: “O fortalecimento da democracia está demandando instrumentos e líderes capazes de oferecer respostas aos desafios das pressões sociais, econômicas, políticas e ambientais”<sup>2</sup>.

Por outro lado, um relatório recente do Fórum Econômico Mundial chamou atenção para a proporção e a duração das desigualdades no Brasil. O chamado *indicador de mobilidade social* informa o período que uma pessoa de baixa renda levaria para alcançar a renda média do país: “Aqui, um brasileiro nascido no menor patamar de renda levaria nove gerações para chegar à renda média do país. Na Dinamarca, essa ascensão social demoraria só duas gerações”<sup>3</sup>.

Se a concentração de renda e poder no Brasil está entre as maiores do mundo, o processo tem dimensões globais que o agravam ainda mais. Atualmente, ocorre um movimento mundial de crescente concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos conglomerados e seus acionistas. A organização Oxfam encaminhou à reunião do Fórum Econômico Mundial informações que alertam para esse processo perverso e deletério para o próprio capitalismo<sup>4</sup>.

O debate “Os futuros da educação: garantia de trabalho e segurança econômica” pretende, a partir das questões propostas na Nota Conceitual elaborada pelo Comitê Internacional que coordena a iniciativa, trazer para a educação as implicações desses processos complexos e simultâneos. Caberá à educação, de forma isolada, fazer frente a mudanças tão intensas e incipientes, para garantir trabalho e segurança em condições decentes?

O conceito de “trabalho decente”, criado em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), expressa a necessidade de “promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável”<sup>5</sup>.

Com isso, o tema proposto pela UNESCO é dos mais urgentes, e a educação, sozinha, não dará conta de sua complexidade e suas implicações na vida de milhões de pessoas, especialmente dos jovens de baixa renda, da população negra, das mulheres e dos habitantes de regiões mais pobres. Por isso, o debate mobiliza as áreas de economia,

---

<sup>2</sup> REOS PARTNERS. *Projeto Alerta Democrática: quatro futuros para a democracia na América Latina 2030..* p. 6. Disponível em: <<https://reospartners.com/pt-br/projects/alerta-democratica/>>.

<sup>3</sup> MADEIRO, Carlos. Mais pobre levaria 9 gerações para atingir renda média do país, diz estudo. *Uol*, 22 jan. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/01/22/ranking-social-global-brasil-mobilidade-social.htm>>.

<sup>4</sup> OXFAM GB. *Tempo de cuidar*. Oxford, 2020.

<sup>5</sup> CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE, 1. Mato Grosso do Sul, 2010. *Texto-base*. 2010. p. 1.

educação (inclusive Educação de Jovens e Adultos – EJA), trabalho, inovação, tecnologia e sustentabilidade.

## *Objetivo, perguntas orientadoras e participantes*

### **Objetivo:**

Nas palavras de André Lázaro, o tema deste seminário está vinculado fortemente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8): “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos”. Esse ODS se desdobra em metas como, por exemplo, alcançar emprego pleno e produtivo; trabalho decente para homens e mulheres, inclusive para os jovens e pessoas com deficiência; remuneração igual para trabalho de igual valor; e reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação. A ONU faz um apelo para que todos os países se mobilizem para uma transformação urgente e necessária do mundo, e essa transformação vai depender muito da educação. No entanto, surgem certas dúvidas: será que a educação, por si só, dará conta desse processo tão vertiginoso que estamos vivendo de deterioração ambiental, de desregulamentação das relações de trabalho e de disrupção tecnológica? Quem devemos educar para impedir que o racismo, o sexismo e outras formas de preconceito atuem como fatores de discriminação para o acesso ao trabalho decente? Como podemos incluir os jovens em um mercado de trabalho que suprime empregos e impõe exigências como, por exemplo, a de experiências anteriores para jovens recém-egressos do sistema de ensino?

### **Participantes:**

**Marlova Noleto** (apresentação) – diretora e representante da UNESCO no Brasil.

**Rebeca Otero** (apresentação) – coordenadora do Setor de Educação da UNESCO no Brasil.

**André Lázaro** (apresentação e moderação) – diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana no Brasil.

**Rafael Lucchesi** (painelista) – diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

**Carlos Mussi** (painelista) – diretor do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no Brasil.

**José Henrique Paim** (painelista) – ex-ministro da Educação e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais (DGPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Perguntas orientadoras:**

- Que papel a educação desempenha atualmente na garantia de um trabalho decente e na segurança econômica, para as pessoas e para as sociedades?
- Como a educação e a aprendizagem ao longo da vida podem ajudar as pessoas a lidarem com as mudanças na natureza do trabalho?
- Que tipos de competências e habilidades sociais e comportamentais são necessárias para acompanhar a formação nos sistemas de aprendizagem?

## *Análise dos temas abordados na sessão*

**Rafael Lucchesi:** Há um problema no nosso sistema de educação incompleto e tardio. O Brasil atingiu a universalização do ensino fundamental apenas nos anos 1990 e ainda tem déficits educacionais no ensino médio. E o mais importante: há problemas na matriz educacional brasileira.

O Brasil não é mais uma sociedade de jovens, e não podemos perder essa geração. Além da crueldade histórica e social que isso representa – uma sociedade profundamente desigual –, tal perda tem um impacto econômico. O Brasil perdeu o bônus demográfico, e é necessário repensar estratégias para escapar dessa armadilha de ser um país de renda média-baixa e avançar no desenvolvimento e na geração de riqueza.

Estamos diante da 4ª Revolução Industrial, que vai colocar desafios muito grandes para a inserção da economia, as empresas brasileiras, o emprego e as cadeias de proteção social e do Estado, que dependem de um projeto de país que tenha a educação como seu pilar fundamental.

Temos graves problemas de produtividade, que nascem em um sistema educacional de baixa qualidade.

A população tem manifestado desejo por uma educação profissional.

Os próximos dez anos serão decisivos para essa transformação. O mundo está revendo seus modelos educacionais, e estamos saindo de uma escola na qual os estudantes devem aprender e repetir, um modelo de escola fordista muito parecido com a lógica da fábrica ilustrada no filme “Tempos modernos” (1936), de Charles Chaplin. É preciso ir em direção à escola do século XXI, uma escola que avança no sentido da criticidade, da capacidade interpretativa de informações e da resolução de problemas.

O sistema educacional brasileiro apresenta uma grande distorção. Posto que apenas um em cada dez jovens realiza educação técnica profissional e que o caminho que leva à cultura academicista e bacharelesca premia apenas 20% dos jovens, temos um sistema educacional que embute um maior modelo de exclusão social. Esse modelo prejudica o Brasil, pois cria uma população com baixa produtividade que encontra uma enorme dificuldade de inserção no mundo do trabalho. O Brasil sempre teve alto desemprego entre os jovens, o que constitui um problema de identidade social e responde a uma das questões propostas pelo debate.

Como um país em desenvolvimento, o nosso compromisso deve ser sobretudo com a aprendizagem, e não com cimento e tijolo. Não temos os recursos de sociedades mais ricas.

Por que não criar um sistema de banda larga para as escolas públicas? Temos o sistema de telecomunicações mais lucrativo do mundo e que é de regulação pública. Então, por que

não colocar como obrigação nos contratos de concessão pública a interligação das escolas? Por que reconhecer, naturalizar e admitir essa desigualdade? Falta esforço.

Embora as desigualdades sociais possam ser agravadas durante o atual período de pandemia, houve aprendizados importantes. Um deles é a constatação de que uma das tendências do futuro será a educação híbrida e a incorporação de tecnologias, com o professor em um papel de centralidade, sem abandonar a convivência sociológica na escola, fundamental para o processo de aprendizagem, sobretudo para as habilidades socioemocionais.

O grande problema no Brasil é que a discussão sobre a educação envolve somente educadores. Isso é um equívoco que cria, inclusive, um problema de financiamento. A educação tem que estar no centro do projeto de país, para a cidadania, para a economia – precisa ter um sentido de centralidade.

É um grave problema o oligopólio dos bancos, que extorquem toda a sociedade, que acham que o agronegócio – que praticamente não paga impostos, tem crédito garantido e empregos esvaziados – salva o Brasil. E não se discute a educação presa a tudo isso, porque há um preconceito na sociedade sobre discutir a educação como propósito, o que é uma sabotagem para os jovens.

Precisamos discutir isso com os educadores com mais franqueza e ter menos alienação social. A discussão sobre educação não é uma discussão apenas de educadores – ela é um projeto de país.

**Carlos Mussi:** A educação cria capacidades, influencia um fator de produção chamado *trabalho*, incrementa a produtividade e incentiva a inovação. Isso resulta na expansão do crescimento e da renda, quando os recursos são distribuídos para os trabalhadores.

O desafio é como fazer a transferência desses ganhos para os diferentes fatores de produção, especialmente para o trabalho.

Os grandes exemplos de revolução educacional estão vinculados a uma ação ampla do Estado. Ainda que haja iniciativas locais e “privadas” de alguns grupos, foi o Estado que universalizou e garantiu a educação gratuita. O Estado também deve se responsabilizar pela governança da educação, não apenas no sentido formal, mas em modelos advindos do exercício anglo-saxão e de outros países, no qual a comunidade cuida da sua educação, financiada pelos seus impostos e pelo próprio Estado. Esse é o modelo ideal no qual é possível transmitir às pessoas os incentivos para que possam estudar e, depois, entrar no mercado de trabalho.

No entanto, às vezes ocorre um descompasso no *timing* entre se formar, fazer a revolução educacional, melhorar a produtividade e os investimentos, e garantir postos de trabalho. Nem sempre os ciclos econômicos permitem cumprir esse processo, ou quando é realizada

uma projeção errada sobre a oferta e a demanda do trabalho. Entre os anos 1980 e 1990, havia a famosa frase “o engenheiro que virou suco”, refletindo o paradoxo no qual a sociedade investiu na formação de uma pessoa, a própria pessoa também investiu seu tempo nessa formação, mas não encontra uma posição de trabalho correspondente. Há também outros aspectos muito importantes, como a desigualdade. Nesse sentido, o último documento da Cepal sobre a ineficiência dessa desigualdade aborda as questões de acesso, qualidade e eficiência da nossa educação e do crescimento<sup>6</sup>.

As sociedades que realizam um grande investimento em educação acabam se tornando muito iguais, diferente do que acontece no Brasil, onde predomina uma cultura de privilégios.

Investir na qualidade da educação e trabalhar na inovação não é uma ideia binária. No entanto, isso é mais complicado para um país grande como o Brasil, pois, ao mesmo tempo em que temos que gerar milhões de empregos, também temos o desejo de inovação da indústria nacional e de fazer parte dos ciclos das indústrias 3.0 e 4.0. A produtividade e a competitividade da nação estão muito vinculadas a esses fatores, e o Estado precisa fazer parte desse processo.

Portanto, além dos desafios que nós temos em termos de desigualdade e sua consequente ineficiência, há dois pontos importantes a serem considerados. A América Latina, e especialmente o Brasil, estava crescendo muito pouco e já enfrentava um problema de oferta de empregos. Além disso, a pandemia da COVID-19 abriu para todos nós a cortina da desigualdade. Precisamos aproveitar essa oportunidade para ver essa desigualdade e como queremos crescer no futuro.

É preciso debater a qualidade da estrutura das escolas, mas também a qualidade dos profissionais na área de educação.

Precisamos valorizar tanto a educação profissional que a gente imagina – que é a ideia de trabalhos nas áreas da indústria e dos serviços –, quanto a educação para a educação, e isso tem que ser feito com investimentos e melhorias.

**José Henrique Paim:** Antes de tratar do tema do papel da educação para o desenvolvimento econômico, é fundamental refletir sobre os modelos de desenvolvimento econômico que influenciam a educação. Ao fazer um resgate histórico, observamos que, na janela de oportunidade que envolveu o crescimento econômico e a evolução do agronegócio brasileiro, o papel reservado para a educação nesse processo não foi, muitas vezes, reconhecido pelas políticas governamentais – e, hoje, o Brasil paga um preço muito alto por causa disso. É por isso que temos, além de um capitalismo tardio, um despertar tardio para

---

<sup>6</sup> Nações Unidas, CEPAL. *A ineficiência da desigualdade*. Santiago : Cepal, 2018.

a educação. Esse despertar tardio faz o Brasil enfrentar os desafios lançados pela 4ª Revolução Industrial e, ao mesmo tempo, lidar ainda com os desafios da desigualdade educacional e social. Gestores e formuladores de políticas públicas precisam considerar esse duplo desafio.

As habilidades socioemocionais são muito importantes na educação para o desenvolvimento econômico, pois permitem uma melhoria dos nossos indicadores de produtividade e trabalho, bem como dos indicadores de desenvolvimento tecnológico e inovação. Porém, ainda temos desafios relacionados às habilidades cognitivas, que são fundamentais.

Também é importante ressaltar o *pensamento crítico*, pois ele é fundamental para desenvolver a ciência e o espírito criativo e, ao longo do tempo, para trabalhar a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Outro ponto fundamental é a *profissionalização*. O Brasil tem um atendimento muito reduzido das expectativas que são produzidas pelo mundo do trabalho em torno da profissionalização. Crescemos muito nos últimos anos e aumentamos a oferta de educação profissional, mas isso ainda é muito pouco.

Quando trabalhamos na educação, temos que ter uma visão otimista, e eu sempre fico com a visão do “copo meio cheio”. Quando analisamos o desempenho da educação no Brasil, vemos que ocorre uma evolução importante em termos de qualidade e de fluxo escolar.

Precisamos trabalhar com esse objetivo de que a aprendizagem somente é plena se for para todos, conforme diz a própria UNESCO. Ao longo desses anos, tivemos uma evolução importante na qual os anos iniciais do ensino fundamental se destacam, resultado de um grande esforço, especialmente dos municípios e dos governos estaduais que ainda atendem esse nível de ensino. Há também um esforço nos anos finais do ensino fundamental, que agora vemos evoluindo. O ensino médio, grande desafio da educação brasileira, finalmente deu sinais de que é possível ter algum tipo de esperança também em relação a essa etapa.

O que aconteceu e ainda acontece é um fortalecimento das gestões municipais e estaduais, pois, ao longo desses anos, tivemos algumas dificuldades em relação à maior ausência do governo federal e do próprio Ministério da Educação quanto a apoiar o desenvolvimento da educação básica. Isso parece ter, de alguma forma, despertado nos secretários de Educação uma preocupação para ter nas secretarias uma gestão mais voltada para a aprendizagem.

Ao mesmo tempo em que é um momento de grandes dificuldades, a pandemia vem acelerando o processo de transformação digital e de alguns aspectos associados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais.



No acolhimento e na retomada das aulas, é preciso considerar o desafio da desigualdade educacional, que pode ocasionar aumento da reprovação e do abandono escolar se não houver uma política pública coerente e que trabalhe em torno dessas questões. O “copo meio cheio” está muito associado ao esforço dos gestores e dos professores brasileiros, que são os grandes protagonistas desse processo.

Desafios comuns: quais são os desafios educacionais comuns identificados pelos painelistas?

- O Brasil tardou a dar importância à educação para todos, o que ainda não ocorreu em todos os níveis de ensino. A exclusão implica custos para toda a sociedade, como a perda da oportunidade criada pelo bônus demográfico. O sistema educacional brasileiro é excludente, bacharelesco e desconectado de um projeto de país.

- As desigualdades sociais são um obstáculo para garantir a todos o direito à educação, e o sistema educacional as reproduz ao excluir os jovens do acesso à educação profissional, que, embora tenha crescido na primeira década deste século, ainda é insuficiente tanto para atender aos interesses das juventudes, como para suprir com qualidade a formação profissional de que o país necessita.

- A educação não interessa apenas aos educadores, e os debates sobre seus propósitos são relevantes para levar em conta as necessidades das pessoas e do desenvolvimento do país.

- O Brasil enfrenta um duplo desafio: superar as desigualdades educacionais que se acumulam pelo histórico de exclusão e, ao mesmo tempo, estar apto para o desenvolvimento das tecnologias das indústrias 3.0 e 4.0. É preciso que o Estado assuma o protagonismo na superação desses obstáculos, pois a desigualdade produz ineficiência e, ao mesmo tempo, fortalece processos de concentração de riqueza e poder.

- O modelo econômico que prevalece no país premia os bancos, favorece o agronegócio que praticamente não paga impostos, e penaliza os esforços de modernização da indústria. É necessário um projeto em que a educação esteja no centro das atenções e receba investimentos sob a supervisão de toda a sociedade.

- A pandemia escancarou desigualdades já conhecidas e exigirá esforços imensos, agravados pela ausência do governo federal no enfrentamento da crise. Habilidades cognitivas e socioemocionais são necessárias para que a educação prepare os jovens para os desafios do presente.

- É imperativo que a educação faça parte do projeto de país, e, para isso, é preciso mais do que reconhecer as desigualdades: é preciso que elas não sejam naturalizadas e concentrar as vontades políticas para intervir nesse sentido.

- Existe a necessidade de valorizar o ensino profissional e realizar discussões mais amplas com diversos setores da sociedade, para que se entenda quais são os propósitos da educação.

- A transformação digital é uma realidade, e nós temos as capacidades necessárias para fazê-la, desde que se resolvam os enormes desafios de conectividade que o país enfrenta.

- As escolas deverão reconhecer que os problemas foram aprofundados com a pandemia da COVID-19, e a atenção ao desenvolvimento das habilidades socioemocionais deve ser central nesse sentido.

Quais temas não foram plenamente abordados, ou tiveram uma cobertura menor, e são relevantes de ser considerados no marco dos Futuros da Educação e no âmbito temático do Seminário?

Alguns temas relevantes para a reflexão ficaram de fora dos debates, embora as intervenções tenham sido bastante consistentes. Um tema ausente foi a recente Reforma Trabalhista, que subtraiu direitos sob o argumento de superar a legislação que tornava onerosa a contratação de pessoas pelas regras atuais. Os resultados são conhecidos: não ocorreram alterações nos elevados patamares de desemprego no país, a precarização do trabalho se ampliou imensamente e os vínculos profissionais foram fragilizados, o que ampliou o volume de atividades de baixa remuneração, algumas delas inferiores ao salário-mínimo nacional. Do mesmo modo, a Reforma da Previdência, anunciada para “reduzir privilégios do setor público”, na verdade promoveu a hierarquia militar e preservou privilégios dos grupos de maior remuneração, como o Poder Judiciário que, ainda hoje, percebe salários superiores ao teto constitucional por meio de manobras que o próprio Judiciário valida como legais, embora sejam percebidas como injustas por parte da população.

No debate também se ignorou a existência de um processo de natureza econômica que reduz a quantidade de empregos e demanda que os sistemas educacionais sejam ágeis na formação de profissionais para funções que ainda estão se constituindo. Não foi comentado o crescente distanciamento entre as motivações empresariais de elevar a produtividade pela substituição do trabalho humano com a automação e as invocações que são feitas para que a educação atenda a essa intensidade e a velocidade com que se desorganiza o tecido social.

## Participação da audiência

- Análise geral e descrição breve da interação no *chat* (quantidade de perguntas e comentários, temas centrais, tipo de participantes, *links* compartilhados e outros)

Ao todo foram 394 comentários nos quatro canais em que o Seminário foi exibido (por razões técnicas, não foi possível computar os comentários no YouTube da UNESCO). A maior parte das interações foi de cumprimentos e elogios voltados ao tema/à pertinência da discussão e às falas dos convidados. Uma parte importante, no entanto, levantou questões interessantes.

- Ideias emergentes e desafios identificados pela audiência em torno de: 1) as perguntas identificadas para o Seminário (ver Nota Conceitual); 2) as perguntas dirigidas aos painelistas; 3) e outros comentários e ideias propostas pela audiência.

Durante o Seminário, André Lázaro propôs uma síntese das melhores perguntas e comentários, chamando atenção para o pessimismo da audiência:

- *Estigma do trabalho profissional* – o Brasil teve um período de mais de 300 anos de escravidão, no qual o trabalho era estigmatizado e o homem livre era um homem da cultura bacharelesca. Essa marca da escravidão perdura por mais de 100 anos, definindo as posições na sociedade brasileira.
- *Reforma do ensino médio* – que corre o risco de ser dicotômica, pois aparentemente não há condições suficientes para a oferta de uma formação profissional e dos itinerários formativos. Ao mesmo tempo, o caminho de acesso à universidade e ao ensino superior pode permanecer restrito por conta do modo como essa reforma vai ser realizada.
- *Reforma Administrativa* – alguns colegas professores se preocupam porque as promessas dessa reforma não alteram o topo da burocracia pública brasileira (militares, Judiciário, Parlamento etc.), mas, sim, sua base, onde as remunerações são menores. O salário médio de um professor da educação básica no Brasil equivale a aproximadamente 70% do salário médio de um indivíduo com o mesmo tempo de escolaridade nas demais profissões<sup>7</sup>. A despeito de haver um piso salarial

---

<sup>7</sup>Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . Relatório de 3 ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira 2020. Meta 17: “Entre 2012 e 2019, a relação

nacional para os professores, ele ainda não é adotado nacionalmente. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é aumentar os salários médios dos professores e alcançar o correspondente às demais profissões.

- *Preocupações sobre a desigualdade e o ensino híbrido* – essa modalidade de ensino não será excludente para a população de baixa renda? Estamos constatando a falta de acesso e de equipamentos, além de outras precariedades. A pandemia da COVID-19 descortinou uma desigualdade estrutural brutal na sociedade brasileira. Os professores se perguntam: será que a pandemia vai enterrar de vez as esperanças na educação brasileira? Como devem agir os profissionais da educação para lidar com essa situação tão crítica, tanto a atual, da pandemia, quanto no mundo pós-pandemia? Será que o ensino híbrido dará conta dessas questões?

- Métricas dos vídeos:

Canais transmitidos:

- Facebook – Fundação Santillana e UNESCO Brasil
- YouTube – Editora Moderna e UNESCO Portuguese

3.247 visualizações em todos os canais

Pico de 122 pessoas assistindo simultaneamente

10 minutos – tempo médio de visualização por espectador

## Conclusões

O último seminário do ciclo abordou as diferentes visões sobre uma utilidade bastante pragmática da educação: a inserção no mercado de trabalho, junto à capacidade de criar tecnologia – e, com isso, gerar valor para o país – e à capacidade de transformar a sociedade na direção da igualdade. O ensino profissional entra em uma complicada equação, que inclui oportunidades escassas de trabalho e a desvalorização desse tipo de conhecimento, considerado de inferior na comparação com o saber acadêmico. Um dos resultados deste cenário é o ritmo lento do avanço da tecnologia produzida pelo país e um número significativo de jovens graduados sem emprego. Para os painelistas, a capacidade de integrar esses conhecimentos é que pode alavancar o desenvolvimento econômico e social a partir dos jovens, uma vez que os dois fatores caminham juntos. Nesse sentido, é papel do Estado coordenar tal movimento, e a pandemia pode ter aberto uma janela importante

---

percentual entre o rendimento bruto médio mensal destes dois grupos apresentou crescimento de 12,8 pontos percentuais (p.p.), atingindo 78,1% ao final do período” p.351.

para criticar o atual modelo que viemos seguindo até agora, e que coloca o país em uma situação de profundas desigualdades.

Este relatório de evento foi publicado em 2020 pela Fundação Santillana em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Representação da UNESCO no Brasil,

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste relatório não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Fundação Santillana e da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Fundação Santillana e as da UNESCO nem comprometem a Fundação e a Organização.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, neste relatório, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.